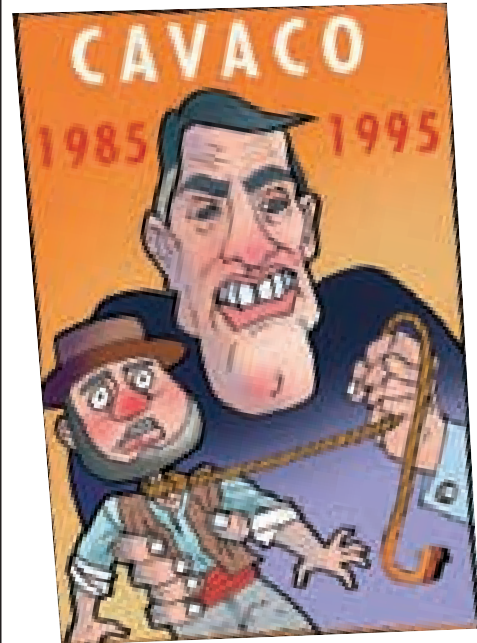


Trabalhadores lutam contra a direita e as suas políticas

Derrotar a prepotência



A violenta ofensiva do Governo PS contra os direitos dos trabalhadores da Administração Pública, os salários, o emprego e os serviços públicos exige um combate determinado que passa pela derrota do candidato da direita nas eleições presidenciais de 22 de Janeiro.

Pág. 2-3

É PRECISO

TER

MEMÓRIA!

O CADASTRO DE CAVACO

Em dez anos de governação, marcados pela prepotência e o autoritarismo, Cavaco Silva penalizou os trabalhadores e iniciou a vaga de privatizações nos serviços públicos e sectores estratégicos da economia.

Centrais

ORÇAMENTO 2006

GOVERNO TIRA A QUEM MENOS TEM

O orçamento de Estado para 2006 prossegue a política de submissão aos interesses do grande capital, prejudicando os trabalhadores e hipotecando o desenvolvimento do país.

Pág 4-5

Determinados e confiantes na luta em 2006

O STAL deseja um bom ano de 2006 a todos os associados e trabalhadores, confiante de que a luta determinada e em unidade permitirá travar ofensiva e concretizar as nossas legítimas reivindicações.

RECOLHA NO PORTO LUTA VITORIOSA

Após uma greve que durou quatro dias, a Câmara do Porto recuou e admite agora pagar o prémio nocturno injustamente retirado aos trabalhadores da recolha do Porto.

Pág.7





Lutamos por salários justos, pelos direitos, emprego

Temos propostas exigimos direitos

Com uma adesão global que se cifrou entre os 70 e os 75 por cento, a greve nacional da Administração Local de 13 e 14 de Dezembro constituiu uma expressiva jornada de luta contra a ofensiva do governo, pela defesa dos direitos, da dignidade e dos serviços públicos.

Em diversos sectores como os da higiene urbana, obras, serviços técnicos, administrativos e auxiliar registaram-se adesões que variaram entre os 70 e os 100 por cento, sendo ainda dignas de registo as adesões em serviços como o atendimento ao público, serviços culturais, água, cemitérios, bombeiros e polícia municipal.

Em nota difundida à imprensa e em comunicado distribuído aos trabalhadores, o STAL e o STML saudaram a «determinação dos trabalhadores do sector», salientando o êxito desta greve, apesar das «dificuldades que vêm sentindo, fruto da política de retirada de direitos e degradação dos salários levada a

cabo pelos sucessivos governos».

A greve nacional, anunciada no decorrer da concentração de 25 de Novembro, que juntou cerca de dois mil trabalhadores da Administração Local, dirigentes e delegados sindicais, no Largo do Camões, em Lisboa, teve como objectivos condenar as medidas do Governo contra os trabalhadores e a Administração Pública, exigir aumentos salariais justos e reclamar respostas concretas às questões enunciadas no Caderno Reivindicativo do sector.

Salários justos

Com uma inflação que se situará muito próximo dos três por cento, segundo previsões do próprio Banco de Portugal, as intenções já conhecidas do Governo no que concerne à actualização salarial para 2006 são inadmissíveis.

Na primeira reunião negocial, marcada no momento em que decorria a greve, talvez com o intuito de dar uma aparência de diálogo que efectivamente não mantém, os representantes do Executivo PS não fizeram nenhuma contraproposta aos sindicatos, embora tenham feito circular na imprensa a ideia, já anteriormente divulgada, de que as actualizações irão estar próximas dos dois por cento.

O STAL contesta tais intenções e relembra que, tendo em conta a inflação oficial, só nos últimos cinco anos, os trabalhadores viram os seus salários degradarem-se em cerca de 5,5 por cento, não sendo portanto admissível que mais uma vez este ano sejam fortemente penalizados.

A reposição do poder de compra perdido corresponde exactamente ao valor reivindicado pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, com a garantia de um mínimo de 50 euros para cada trabalhador.

Alegando que a proposta da Frente Comum iria custar ao Estado cerca de 990 milhões de euros, o Governo procura esconder que, só em 2006, estão previstos cerca de dois mil milhões de euros em benefícios fiscais, que irão favorecer sobretudo a banca e os grandes grupos económicos, como denuncia um estudo recentemente publicado pelo economista Eugénio Rosa.

Direitos e carreiras

A aprovação pela Assembleia da República das alterações ao Esta-

tuto de aposentações representa um dos mais graves ataques aos direitos fundamentais dos trabalhadores da Administração Pública.

Num abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, que pode ser subscrito em www.stal.pt, a Frente Comum considera que os «trabalhadores da Administração Pública ao ingressarem nos serviços e organismos públicos aceitaram de boa fé o estatuto próprio que a Constituição e a Lei consagram», designadamente os 60 anos de idade e 36 de serviço para a aposentação voluntária.

A alteração destes princípios põe em causa «a certeza e a segurança jurídicas, os princípios de boa-fé, da protecção da confiança, da justiça, da igualdade» e os direitos dos trabalhadores. Os sindicatos exigem que o Presidente da República solicite a fiscalização preventiva da Lei que altera ainda a taxa de formação da pensão, que passa de 2,5 para dois por cento.

O congelamento dos escalões é outra das medidas fortemente contestadas que afecta gravemente os direitos adquiridos de milhares de trabalhadores, a quem é vedada a normal evolução profissional. Mais preocupantes são contudo os planos do Governo que apontam para a total destruição do actual sistema de carreiras (ver caixa), para a generalização do contrato individual de trabalho e a introdução do sistema de quotas na classificação de serviço na Administração Local.

Governo nomeia «comissão liquidatária»

Logo na primeira reunião realizada no âmbito da «Comissão para a Revisão do Sistema de Carreiras e Remunerações da Função Pública» ficou claro para os Sindicatos que este organismo nomeado pelo Governo constitui uma autêntica «Comissão Liquidatária» da Administração Pública.

Criada a 11 de Outubro de 2005, com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2005, de 30/06, esta comissão é presidida por Luís Fábria, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica, e composta por um conjunto de catedráticos, pagos pelo Governo, que professam de ideias nada abonatórias para os trabalhadores.

No que toca à segurança de emprego, entendem estes representantes governamentais que nada na lei ou na Constituição impedirá o Governo de alterar os vínculos dos trabalhadores que já estão nos quadros de pessoal. A primeira grande medida seria então, exactamente, acabar com o vínculo público, criando-se um novo sistema, híbrido, e abrindo-se a possibilidade aos despedimentos e indemnizações.

Quanto ao regime de carreiras, a opinião expressa é a de que deverá ser substituído por um alegado regime de posto de trabalho, com excepção dos técnicos e técnicos superiores. Para estes postos de trabalho nem sequer se justificaria a avaliação de desempenho, pois tal seria uma «perda de tempo e de dinheiro»: Na mesma lógica acabar-se-ia com os corpos especiais da Administração Pública.

O recurso a mão-de-obra barata «existente no mercado» é outra das «doutas» opiniões dos representantes do Governo na Comissão. O valor dos salários baixaria, sendo definido através da simples negociação pela «oferta» mais baixa.

Embora estas sejam apenas «opiniões pessoais», não deixa de ser relevante que estas individualidades tenham sido escolhidas pelo Governo para integrarem uma comissão que tem como missão avaliar «a situação actual», desenvolver «os princípios a que deve subordinar-se o novo sistema» e preparar «toda a legislação necessária à revisão do sistema de carreiras e remunerações até 30 de Abril de 2006».



e serviços públicos

As justas, diálogo sério

Caderno reivindicativo

Entregue em 8 de Junho, o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da Administração Local continua à margem de qualquer processo negocial sério e efectivo. O Governo limitou-se a realizar uma primeira reunião com STAL que não teve quaisquer desenvolvimentos.

Continuam assim sem resposta importantes problemas específicos dos trabalhadores do sector, tais como a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco; a uniformização das mudanças de escalão em três anos; a valorização e correcção de um conjunto de carreiras profissionais; o reenquadramento das carreiras erradamente consideradas de evolução horizontal, entre outros.

De igual modo, não se concretizaram os compromissos assumidos pelo próprio Secretário de Estado na reunião em que o STAL entregou o Caderno Reivindicativo (disponível em www.stal.pt), designadamente, a rápida criação de mecanismos de trabalho para analisar as questões debatidas ainda durante o anterior governo e consensualizadas com a própria Associação Nacional de Municípios, no âmbito da famigerada Comissão Tripartida então criada.

Sem resposta permanecem também as questões relacionadas com os bombeiros profissionais e a regulamentação das condições mínimas dos trabalhadores ao serviço das associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.



Continuar a luta

O STAL e o STML (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa) valorizam o resultado global da greve nacional de 13 e 14 de Dezembro, considerando que o «Executivo de José Sócrates não pode deixar de retirar daqui as ilações necessárias que conduzam a uma efectiva inversão da política que vem sendo prosseguida».

O espírito de confiança e unidade transmitidos pela greve são igualmente realçados no comunicado conjunto distribuído aos trabalhadores, bem como o «sentimento de compreensão e de solidariedade manifestado pela generalidade das populações».

A continuação da luta é agora fundamental para travar a ofensiva do governo, combatendo «uma política injusta e imoral que insiste em penalizar os trabalhadores, ao mesmo tempo que conserva a generalidade das benesses para políticos e gestores públicos e insiste numa política fiscal que mantém os benefícios aos grandes grupos económicos».

Editorial

Arrogância e prepotência

Na entrada do novo ano, que se perspectiva nada fácil para os trabalhadores, a nossa luta por melhores condições de vida e de trabalho, pelos direitos e por uma sociedade mais justa vai continuar. O espírito de unidade e a determinação demonstradas pelos trabalhadores, designadamente na Greve Nacional da Administração Local, de 13 e 14 de Dezembro, é pois fundamental para prosseguirmos o combate à ofensiva de direita, protagonizada agora pelo Governo de José Sócrates, contra o emprego, os direitos e os serviços públicos.

Arrogância e a prepotência marcam cada vez mais a actuação da actual maioria e multiplicam-se os sinais que desnudam os seus verdadeiros objectivos para a Administração Pública e os seus trabalhadores.

As intenções manifestadas pela «Comissão Liquidatária», nomeada pelo Executivo, são disso um exemplo claro, preconizando o fim do regime de carreiras profissionais, o livre arbítrio na contratação e na definição dos salários, a possibilidade de despedimentos, entre outras medidas gravosas que urge combater com firmeza.

Neste combate assume particular relevância a necessidade de derrotar Cavaco Silva nas eleições presidenciais, indubitavelmente o representante das forças da direita e dos grandes interesses económicos.

Recorrendo ao discurso demagógico, repleto de ilusórias promessas e falsas preocupações sociais, Cavaco Silva tenta levar os mais incautos no seu engodo eleitoralista. Mas os trabalhadores não esquecem nem podem esquecer-se que aquele que hoje lhes aparece com as vestes de cordeiro é o mesmo lobo que tão fortemente os penalizou durante os dez anos em que se manteve no poder.

Éa Cavaco Silva que se deve a desvalorização do índice 100 face ao Salário Mínimo Nacional; foi ele quem desferiu o primeiro grande golpe no estatuto de aposentação; quem primeiro se recusou a regulamentar o Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco.

Por muito que se esforce hoje para amenizar a imagem sorumbática, arrogante e autoritária que deixou dos anos de governação, ninguém se esquecerá das cargas policiais contra os profissionais da PSP, da repressão das manifestações de estudantes contra as propinas, dos bastões e das balas disparadas durante o justo protesto popular contra o aumento das portagens na ponte 25 de Abril.

O combate em defesa dos nossos direitos e contra as políticas de direita passa necessariamente pela derrota do candidato da direita. Com a confiança e determinação que caracterizam a nossa luta diária, no próximo dia 22 de Janeiro iremos às urnas para derrotar Cavaco Silva.

✓ Victor Nogueira

Orçamento para 2006 mantém recessão económica Governo agrava a vida dos que menos têm

Traindo as expectativas dos trabalhadores manifestadas nas últimas eleições legislativas, o governo do PS prossegue, agrava e aprofunda a política de submissão aos interesses do grande capital, prejudicando os trabalhadores e hipotecando o desenvolvimento do país.

O Orçamento para 2006 (OE) desfaz qualquer esperança que ainda pudesse existir acerca das reais intenções do PS/Sócrates. Voltando a centrar-se

na obsessão pelo défice das contas públicas (pretexto predilecto do PS/PSD/CDS para atacarem os direitos económicos e sociais dos trabalhadores e privatizarem os serviços públicos), o OE prolongará a crise e a estagnação económicas, agravando o desemprego e acentuando as desigualdades.

Ao mesmo tempo, as contas do Estado continuarão a agravar-se e o tal «défice», em nome do qual são pedidos tantos sacrifícios aos portugueses, continuará a crescer por falta de políticas dinamizadoras da economia e geradoras de riqueza e de bem-estar e justiça sociais.

Trata-se de um círculo vicioso. Para investir no desenvolvimento estratégico das suas economias, os Estados precisam de contrair dívidas que, na maioria dos casos, só serão completamente pagas pelas gerações futuras. Contudo, sem esses investimentos, não é possível gerar recursos suficientes para fazer face às necessidades crescentes do presente e nem se pode superar o atraso que inevitavelmente perdurará no futuro.

É claro que para os defensores do neoliberalismo, velho de séculos, o Estado deve abster-se de intervir na economia, abrindo à livre iniciativa dos privados não só a esfera produtiva mas também os restantes sectores de actividade social. Por outras palavras, deve assegurar apenas condições para que os ricos sejam cada vez mais ricos e privilegiados, distribuindo, quanto muito, algumas migalhas aos mais carenciados, como a sopa dos pobres e os túneis do metropolitano abertos em dias de muito frio para os sem-abrigo.

Privatizações e austeridade

É esta a lógica neoliberal que inspira as grandes orientações do Orçamento de Estado para o próximo ano. Nele mantém-se o propósito de dismantlar a administração do Estado e os serviços públicos e a consequente tendência de desvalorização dos salários reais do sector (o OE apenas prevê um crescimento de 1,9 por cento com despesas de pessoal).

Às autarquias, o Governo pretende impor um aumento zero nas despesas com pessoal ao mesmo tempo que lhes aumenta as contribuições para a Caixa Geral de Aposentação de 10 para 13 por cento.

Esta política significa a continuação de um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na baixa qualificação dos trabalhadores e inscreve-se na estratégia de degradação e encerramento de serviços públicos com o objectivo de entregá-los a privados.

Por outro lado, apesar de José Sócrates e PS terem, no passado recente, criticado a venda de património para cobrir o défice (as famosas receitas extraordinárias), o OE/2006 prevê um encaixe de 1600 milhões de euros provenientes de privatizações (quatro vezes mais do que em 2005).

Para além de preparar a venda do que resta de importantes empresas públicas (GALP, EDP, REN), a nova vaga privatizadora visa igualmente o sector dos transportes, aposta nas parceiras público-privadas nos novos hospitais, na concessão aos privados de bens públicos essenciais como a água, bem como de muitos outros serviços actualmente prestados pelo Estado, designadamente nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Social.

Ataque à Segurança Social

Com este OE, o futuro da Segurança Social continua a ser posto em causa, já que não são cumpridas as transferências para o seu fundo de capitalização, tal como determina a Lei de Bases da Segurança Social. Em vez de reparar a falta, o Governo aproveita a situação para evocar a alegada insustentabilidade do sistema, numa tentativa clara de cortar nos direitos e reduzir os já debilitados níveis de protecção social existentes no País.

Quanto às restantes ameaças que pairam sobre o sistema nada é feito

para combatê-las. São elas o crescente desemprego, consequência das desastrosas políticas dos últimos trinta anos, os baixos salários e a subdeclaração de vencimentos, tal como a existência de ampla e florescente economia clandestina.

A isto acrescenta-se o subfinanciamento crónico do sistema que, juntamente como o incumprimento por parte do Estado das suas obrigações em matéria de Acção Social e regimes não contributivos, são responsáveis pela dívida acumulada ao longo de décadas que ultrapassou este ano os 3200 milhões de euros. Isto sem falar nas dívidas do Estado à Caixa Geral de Aposentações, para a qual os trabalhadores descontam tal como os do sector privado.

Desenvolvimento comprometido

Tal como já tinham feito os governos de Cavaco Silva, a equipa socialista recusa-se a cumprir a Lei das Finanças Locais e a Lei das Finanças Regionais, retirando às autarquias cerca de 57,5 milhões de euros. Ao mesmo tempo, inscreve no orçamento uma verba de 200 milhões de euros para contratos-programa, que o Governo poderá usar como um autêntico saco azul ao sabor das suas conveniências, das clientelas e interesses.

A crise não é para todos

A prova de que a crise não é para todos está no constante aprofundamento da desigualdade na distribuição da riqueza. Em 2004, a percentagem da riqueza criada que reverteu sob a forma de remunerações para os trabalhadores, (os quais representam mais de 73% da população activa portuguesa), foi inferior a 40 por cento do PIB. O fosso que separa os ricos dos pobres continuou a aumentar.

Os dados relativos ao terceiro trimestre de 2005 mostram que os lucros da banca privada cresceram a um ritmo que varia entre os 15,2 e os 31,2 por cento, tendo os quatro maiores grupos financeiros privados totalizado mais de 1052 milhões de euros de lucros só no último trimestre.

Contudo, este Orçamento insiste no ataque aos rendimentos do trabalho que são duplamente penalizados devido ao forte aumento dos preços dos bens essenciais, dos transportes, dos impostos indirectos e dos juros.

Exigir um novo rumo

Condenando as políticas de direita dos últimos anos, agora prosseguidas no essencial pelo Governo socialista, os trabalhadores vão continuar a lutar e a exigir uma mudança de rumo para o País.

Esse novo rumo passa obrigatoriamente pela defesa das funções sociais do Estado e de um forte sector público nas áreas estratégicas da economia; por uma modernização efectiva da Administração Pública, que melhore a prestação de serviços e salvguarde os direitos dos trabalhadores; por maior justiça fiscal e pelo combate determinado à fraude e evasão fiscais; pela repartição mais equilibrada da riqueza, designadamente através de melhores prestações sociais e da eliminação das assimetrias regionais.

O desenvolvimento do País exige que se travem os encerramentos de empresas e as deslocalizações e se aposte no desenvolvimento do aparelho produtivo, aproveitando e valorizando produções nacionais. Só assim será possível criar postos de trabalho, romper o ciclo da estagnação económica, aumentar as receitas do Estado e colocar o país na via do desenvolvimento sustentado.





Igualmente grave é a quebra acentuada do investimento público previsto no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), cujas dotações sofrem um corte de 25 por cento, pondo em causa o desenvolvimento regional, o combate às assimetrias e às desigualdades, designadamente entre o interior e o litoral.

O OE/2006 impede investimentos fundamentais na área do ensino, ciência e tecnologia, da qualificação profissional, da saúde e em infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento do País.

Em consequência, o crescimento económico previsto é muito baixo (1,1%), o que significa que o desemprego continuará a alastrar perigosamente para além de todos os limites (meio milhão de portugueses já estão hoje desempregados).

Estas opções políticas conduzem inevitavelmente ao abandono e insucesso escolares, ao aumento da exclusão e marginalização sociais. Esquecida foi entretanto a promessa de Sócrates de criar 150 mil novos postos de trabalho...

Tem-se assistido os últimos tempos a um verdadeiro ataque ao denominado «estatuto dos funcionários públicos», invocando-se como argumento essencial os pretensos privilégios que esse mesmo estatuto concederia aos funcionários relativamente aos demais trabalhadores do sector privado.

Os funcionários são, por isso, apresentados como uma «casta de privilegiados» que, ainda por cima, não teriam a produtividade do sector privado. Em nome desta pretensa verdade, o Governo socialista encetou um verdadeiro combate ao secular estatuto dos funcionários, procurando equipará-los no seu regime ao comum trabalhador do sector privado – pense-se na introdução do contrato individual de trabalho na Função Pública; veja-se o já decidido

aumento da idade da reforma para equiparação ao regime geral da segurança social; veja-se a não admissão de futuras inscrições na Caixa Geral de Aposentações; imagine-se a não admissão de qualquer funcionário após 1 de Janeiro de 2006, data a partir da qual existe a intenção de só admitir trabalhadores vinculados através de contrato individual de trabalho, sendo certo que muitas outras medidas já tomadas ou em preparação poderiam servir para ilustrar o «ataque» que o Governo está em vias de efectuar aos funcionários públicos.

Para o público em geral, o Governo transmite a ideia de que os funcionários públicos têm privilégios que mais nenhum trabalhador possui, pelo que, tal como um verdadeiro justiceiro, o Primeiro-Ministro pretende fazer justiça e colocar os funcionários no mesmo patamar de todos os demais trabalhadores.

A hipocrisia do Governo

Porém, ignora o Governo que historicamente os funcionários sempre estiveram sujeitos a um regime diferenciado dos demais trabalhadores do sector privado, sendo tal diferenciação não um capricho mas uma necessidade decorrente de trabalharem para um empregador muito especial – o Estado – ou resultante da particularidade das funções que desempenham.

Ora, a hipocrisia do Governo consiste justamente em procurar equiparar os seus funcionários a um qualquer trabalhador privado, quando o Estado e o Governo nunca se assumem como um qualquer patrão privado, antes querendo manter as regalias que o Estado possui enquanto patrão e retirar os direitos que os funcionários têm (ou tinham) enquanto trabalhadores desse patrão especial. Aliás, demonstrativo disto mesmo é o facto de o Governo, ao ter introduzido o contrato individual de trabalho na Função Pública, ter tido o cuidado de ressaltar a posição de supremacia da Administração ao mesmo tempo que suprime aos novos contratados direitos que assistem a qualquer trabalhador

privado, o que denota que o Estado quer ter ao seu serviço trabalhadores idênticos a qualquer trabalhador privado mas não quer assumir-se como um qualquer empregador.

Por isso mesmo, em vez de vir invocar privilégios que não existem ou que são plenamente justificados, deveria antes o Governo explicar por que é que nega aos seus trabalhadores direitos que são reconhecidos a qualquer trabalhador privado.

Acresce que, equiparar os funcionários públicos à generalidade dos trabalhadores privados corresponde «à morte anunciada» desses mesmos funcionários, deixando de haver funcionários para só passar a haver trabalhadores, assim se «matando» por via legislativa uma realidade prevista na Constituição.

A privatização do emprego público e a equiparação dos funcionários aos trabalhadores do sector privado esconde, por isso, o desejo do Estado se libertar das obrigações que o regime do funcionalismo público lhe impõe por questões de igualdade dos cidadãos e imparcialidade da Administração – é mais fácil contratar quem se quer sem ter de se cumprir as regras impostas pelo concurso; é mais fácil eliminar as progressões e as promoções no regime do contrato individual; é mais fácil despedir os trabalhadores se estiverem em regime de contrato, etc. – e esconde a incapacidade do Governo em modernizar o regime do funcionalismo público, optando pela solução mais fácil mas seguramente mais negativa para os interesses dos trabalhadores e do próprio Estado, tanto mais que a história recente comprova que nos sectores da Administração em que já se introduziu o contrato individual de trabalho não está demonstrada uma maior eficiência no funcionamento desses mesmos serviços, o que nos leva a questionar se a privatização da função pública não servirá apenas para partidarizar ainda mais o já partidarizado aparelho de Estado.

*Paulo Veiga e Moura, jurista e colaborador do STAL, é autor, entre outras obras, do livro «A Privatização da Função Pública», editado pela Coimbra Editora, em 2004.

A morte anunciada da Função Pública

✓ Paulo Veiga e Moura*



Contratação colectiva

✓ Miguel Vidigal

Governo agrava código do trabalho

No passado dia 7 de Dezembro, o Governo levou à Assembleia da República, para discussão na generalidade, a sua proposta de alteração ao Código do Trabalho, de que se destacam como aspectos mais gravosos para os trabalhadores:

1. Manutenção do artigo 4.º do Código do Trabalho, que permite que as convenções colectivas disponham de forma mais desfavorável que a própria lei, subvertendo o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador;

2. Manutenção do princípio da caducidade das convenções colectivas, continuando, portanto, a permitir o bloqueio sistemático das negociações com vista à obtenção da caducidade destas;

3. Alteração limitativa dos direitos que se transferem para a esfera individual do trabalhador, indo assim ao encontro das posições das confederações patronais que manifestaram o seu descontentamento com uma decisão do Tribunal Constitucional, determinando que o fim de uma convenção colectiva não impede que todos os direitos dela decorrentes se mantenham para os trabalhadores contratados durante a sua vigência.

Este projecto faz tábua rasa das promessas eleitorais do Partido Socialista e constitui mais um passo na violenta ofensiva contra os trabalhadores lançada pelo governo desde que tomou posse.

Na oposição, o PS apresentou na AR uma proposta que visava, grosso modo, repor a lei anterior ao Código do Trabalho, defendendo a manutenção do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e afastando a caducidade prevista no Código. Na campanha eleitoral para as legislativas, comprometeu-se a rever o Código do Trabalho com base nessas propostas e, após a sua eleição, inscreveu no Programa do Governo esse princípio.

O próprio ministro do Trabalho reconheceu, em Abril passado, que a crise da contratação colectiva tinha como causa o regime de caducidade, constatando que as entidades patronais bloqueavam propositadamente a negociação para tirar partido do fim da convenção colectiva.

Apesar das promessas e declarações, o Governo não só mantém tudo como estava como afirma querer ir mais longe, limitando ainda mais os direitos laborais, o que suscita a mais viva condenação dos sindicatos e constitui mais uma forte razão para o prosseguimento e intensificação da luta dos trabalhadores.



Liberdade sindical em causa na Cimpor

Solidariedade com dirigente despedida

A Direcção Nacional do STAL solidarizou-se com a dirigente sindical e membro Comissão Executiva da CGTP-IN, Fátima Messias, ilegalmente despedida da Cimpor.

A Direcção do Sindicato exige que a empresa anule a decisão e ponha fim às perseguições a trabalhadores que desenvolvem actividade sindical. Em carta dirigida ao conselho de administração da Cimpor-Indústria e Cimentos, o STAL sublinha que «os direitos sindicais estão constitucionalmente consagrados e constituem um avanço civilizacional conquistado com o 25 de Abril, após anos de luta contra a opressão e a ditadura».

Qualificando o despedimento de que foi vítima Fátima Messias como «um acto ignóbil e lesivo dos mais elementares direitos», o STAL considera que o processo disciplinar movido contra esta destacada dirigente teve claramente como objectivo afastar da empresa uma voz determinada e firme na defesa dos direitos dos trabalhadores.

De resto, nesta matéria, a Cimpor/Teixeira Duarte tem um longo e lamentável historial, de que nenhuma empresa que se pretenda «moderna» se devia orgulhar. Já em 1988, na sequência de uma greve geral, a cimenteira foi condenada pelo Tribunal, que deu como provadas práticas violadoras dos direitos

sindicais e do direito à greve.

Práticas persecutórias

Nos antecedentes do caso contra Fátima Messias está também uma greve geral, realizada em Dezembro de 2002, na sequência da qual quatro trabalhadores da fábrica de Souzela (dirigentes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores) foram alvos de processos disciplinares com intenção de despedimento. A estrutura sindical contestou as acusações, obrigando a empresa a recuar, mas não conseguiu evitar que os visados fossem penalizados com dias de suspensão.

Mais tarde, os quatro trabalhadores, juntamente com outros representantes sindicais e da CT, decidiram recorrer ao Tribunal contestando não só a aplicação das sanções disciplinares, mas também a discriminação salarial em função da filiação sindical e o incumprimento do horário semanal estabelecido.

Paralelamente, os três sindicatos representativos do sector avançaram com uma queixa-crime contra a administração e a directora de pessoal da Cimpor, por violação do direito à greve e da liberdade sindical. No início de 2005, dois administradores e a referida directora foram assim constituídos arguidos, prestando termo de identidade e residência.



O despedimento da dirigente sindical Fátima Messias é um acto prepotente e ilegal

Em retaliação, a empresa acusou Fátima Messias, enquanto representante dos trabalhadores e membro da CT, de «denúncia caluniosa e ofensa a pessoa colectiva». No processo de despedimento seria ainda aduzida a acusação de «violação do dever de respeitar e tratar com urbanidade a entidade empregadora».

O acrescimento foi feito depois de a CT ter denunciado outro caso de violação da liberdade

de sindical, ocorrido na fábrica de Loulé, onde a Comissão de Trabalhadores se viu impedida de realizar uma reunião descentralizada, devido à recusa de instalações por parte da direcção da unidade, que alegou «não haver sala disponível». A CT não aceitou a justificação e decidiu apresentar queixa na Inspeção-Geral do Trabalho de Faro, por violação do direito de reunião.

A consequência foi que mais uma vez a Cimpor vingou-se nos trabalhadores. Para além de agravar o processo de Fátima Messias, levantou processos disciplinares aos oito membros da CT e sub-CTs presentes em Loulé, dois dos quais foram sancionados com dois dias de suspensão e os restantes com repreensões registadas.

Tendo já pedido a impugnação judicial do despedimento, Fátima Messias continua a participar nos órgãos representativos dos trabalhadores da empresa e a lutar pela reposição da justiça e da legalidade.

Consultório Jurídico

✓ José Torres

Congelamento dos escalões

Uma afronta aos direitos

Precedida de uma vasta campanha publicitária, promovida pelo Governo, no sentido de envenenar a opinião pública, foi publicada a Lei 43/2005, de 12/12, que suspende, até 31/12/06, a contagem do tempo de serviço prestado para efeitos de progressão e congela, nos montantes praticados à data da sua publicação, todos os suplementos remuneratórios que não tenham a natureza de remuneração base.

Tratando-se de duas medidas vergonhosas e indignas de um estado de direito, a que respeita à suspensão da contagem do tempo de serviço é particularmente reveladora da sanha persecutória deste Governo e da maioria que o sustenta na Assembleia da República, contra os direitos e legítimas expectativas dos trabalhadores.

Pretendeu o Governo justificar-se com a necessidade de acabar com as «progressões automáticas» na Administração Pública, como bastamente apregoou, aparecendo como defensor de uma pretensa moralização do sistema retributivo, sob a desculpa de que pretende distinguir e premiar os mais competentes e não todos por igual!

A verdade nua e crua, porém, é que a todos atingiu, bem sabendo o Governo que as progressões não são automáticas, porque dependem sempre da avaliação do desempenho que, nos termos legais, tem de ser feita pelas entidades empregadoras, às quais têm de ser imputadas todas as responsabilidades pelo eventual incumprimento da lei.

Ao invés, mais fácil foi fazer dos trabalhadores bodes expiatórios, sacrificados pela política de redução do défice público, através de uma medida que, em bom rigor, corresponde a um autêntico rombo no orçamento de quem vive exclusivamente do seu trabalho.

Neste contexto, consideramos que a Lei 43/2005 constitui uma página negra que espelha bem a política desumana deste Governo e ofende os princípios constitucionais respeitantes aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente os inerentes à retribuição e à existência de condições de trabalho dignas e tendentes à respectiva realização profissional.

Por isso, merece o nosso repúdio e a ela continuaremos a opor-nos por todos os meios ao nosso alcance.

Interpretações abusivas

Entretanto, importa estarmos atentos a procedimentos ainda mais abusivos do que aqueles que a referida Lei permite, particularmente os decorrentes da interpretação de que a partir da sua entrada em vigor, 30/8/05, não é possível pagar o vencimento respeitante a um novo escalão, ainda que o requisito de tempo para o efeito fixado tenha sido preenchido antes da vigência da Lei.

É que, apesar de tudo, não é isso o que consta da Lei, mas apenas a suspensão da contagem do tempo de serviço.

Por isso, entendemos ser incontroverso que, no caso de o tempo de serviço fixado para progressão ao escalão seguinte, em determinada categoria, ter sido completado antes da vigência daquela Lei, por hipótese no dia 29/8/05, os trabalhadores têm direito a essa progressão, ainda que o respectivo vencimento seja apenas devido apenas a partir do dia 1 do mês seguinte, neste caso Setembro, quando já vigorava essa Lei.

Em conclusão, consideramos abusiva qualquer interpretação no sentido de que foi determinado o congelamento das progressões, quando o que está em causa é a suspensão da contagem do tempo de serviço.

Ora, no exemplo que citámos, não podem suspender-se os efeitos do tempo de serviço que já havia sido completado antes, pelo que, em consequência, é devida a retribuição fixada para o escalão seguinte, reconhecendo-se assim um direito constituído antes do início da vigência da lei.



Desde a primeira hora que o STAL apoia a legítima luta dos trabalhadores da recolha do Porto

Sector da recolha do Porto Luta vitoriosa

Após a convocação de uma segunda greve para a quadra de Natal, o presidente da CM do Porto recuou, admitindo retomar o pagamento do prémio nocturno aos trabalhadores do sector da recolha, em luta desde o mês de Novembro.

O profundo sentimento de revolta e indignação provocado pela retirada abrupta de um direito adquirido há décadas ficou bem exposto logo na primeira greve, entre os dias 28 Novembro e 1 de Dezembro, que registou uma adesão total – 100 por cento.

Contudo, a autarquia liderada por Rui Rio não deu logo sinais de cedência e manteve a suspensão do prémio aos trabalhadores que efectuam horário nocturno.

Esta decisão, que teve efeitos logo no mês de Novembro, foi tomada na sequência de um relatório preliminar da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT), no qual a remuneração é considerada ilegal devido à falta de regulamentação do decreto-lei de 1998, que consagra o suplemento de penosidade, insalubridade e risco.

No entanto, desde o início que a DR do Porto do STAL afirma que o relatório da IGAT não tem poder vinculativo, considerando completamente injustificada a atitude do executivo camarário.

A pequena compensação pecuniária pelas duras condições de risco, penosidade e insalubridade do sector era paga há mais de 30 anos, tendo sido institucionalizado em 1987 por decisão unânime da Assembleia Municipal do Porto. Actualmente o seu valor ronda os 115 euros, representando cerca de 20 por cento da remuneração média no sector.

Inconformados com a intransigência da autarquia, os trabalhadores foram forçados a marcar nova paralisação para 26 de Dezembro, com greve às horas extraordinárias até 8 de Janeiro.

Entretanto, dando razão ao STAL, a sub-inspectora da IGAT, em declarações à imprensa, confirmou que «as entidades alvo de inspecção apenas são obrigadas ao cumprimento de pareceres jurídicos a partir do momento em que há despacho da tutela», ou seja do secretário de Estado da Administração Local.

Rui Rio pediu a confirmação destas declarações àquele organismo, admitindo regularizar o pagamento em falta assim que a resposta chegasse.

Na altura do fecho desta edição, os 600 trabalhadores do sector, dando provas de uma firmeza e unidade exemplares, mantinham a greve convocada, aguardando a rápida reposição de uma parte importante do seu magro salário.

Progressão nas carreiras Paredes é excepção no distrito

A Câmara Municipal de Paredes de Coura é a única autarquia do distrito de Viana do Castelo que insiste em não reconhecer o direito à progressão de três em três anos num conjunto de carreiras auxiliares.

Em resultado da intervenção do STAL, este direito dos trabalhadores, confirmado por várias decisões dos tribunais, já está a ser aplicado nos restantes nove municípios do distrito.

Para além da redução do tempo de progressão, de quatro para três anos, os trabalhadores das câmaras de Caminha e de Viana do Castelo começaram igualmente a receber os correspondentes retroactivos.

De acordo com um balanço efectuado em Novembro pela Direcção Regional do STAL, o pagamento de retroactivos estava ainda por processar Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e Melgaço.

Em contrapartida, já tinham sido dadas instruções para a sua liquidação nas câmaras de

Valença, Monção, bem como nos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo.

Lamentando a posição inamovível em que se colocou o presidente do município courense, que se recusa a considerar quer os apelos do STAL, quer o teor concreto dos acordos dos tribunais competentes, a estrutura sindical encara o recurso judicial como o único meio para obrigar a autarquia a cumprir a lei.





É preciso ter memória!

✓ Adventino Amaro
✓ Ilustrações: Carlos Marques

O cadastro político de Cavaco

Não podem os trabalhadores conscientes apagar da memória o que foram os dez anos de governo cavaquista que, na década de 85 a 95, encetou uma ofensiva sem precedentes contra os direitos dos trabalhadores e o próprio regime democrático.

Quem não se lembra já, hoje, da aceleração da destruição do aparelho produtivo, de que são exemplo a liquidação da Siderurgia Nacional e da Lisnave?

Quem já esqueceu que foi no «reinado» de Cavaco Silva que se iniciou o afastamento acelerado do valor do índice 100 na Administração Pública do Salário Mínimo Nacional?

Na vigência do seu segundo mandato como Primeiro-Ministro, só nos anos de 1992/1994, Cavaco Silva reduziu o salário dos trabalhadores da Administração Pública em 7,4 por cento.

Quem pode ignorar que foi Cavaco Silva a iniciar a redução de direitos na aposentação dos trabalhadores da Administração Pública, com a equiparação ao regime geral da Segurança Social aos trabalhadores admitidos a partir de 1993?

Quem quer que a gente se não lembre que foi o governo de Cavaco Silva que aumentou a idade da reforma das mulheres, dos 62 para os 65 anos, retirando-lhes um direito de que usufruíam desde 1963, isto é, consagrado na vigência do regime fascista?

Inimigo do Poder Local

Foi ainda pela mão de Cavaco Silva que, com a alteração da Lei de Delimitação dos Sectores, se escancararam as portas para a privatização de sectores estratégicos da economia e de serviços públicos essenciais, como é o caso da água.

Foi Cavaco que entendeu transformar este bem público essencial para a sobrevivência humana num negócio ao serviço dos mesmos de sempre: os grandes capitalistas que, com toda a lógica, aparecem a apoiarem entusiasmadamente a sua candidatura à presidência da República.

Ainda na prossecução da política da entrega aos amigos privados de tudo o que possa dar lucro, o governo de Cavaco Silva aprovou, em 1995, o Decreto-Lei 55/95 que proibia as autarquias locais de fazerem obras de valor superior a 20 mil contos por administração directa. Estava lançada mais uma pedra para a descaracterização do Poder Local Democrático, para a fundamentação futura de haver trabalhadores a mais e, desse modo, abrir as portas à criação de excedentários que justificassem a chamada Lei dos Disponíveis, entretanto aprovada. Contudo, fruto da luta encetada pelos trabalhadores, esse maléfico projecto foi travado na Assembleia da República, gorando-se assim as intenções do governo.

A razão do bastão

Para fazer valer a sua «razão», os governos de Cavaco Silva utilizaram a força como o seu argumento mais poderoso, tendo no seu currículo, entre outras intervenções de má memória, a vergonhosa repressão aos trabalhadores da Marinha Grande que apenas queriam trabalhar, os confrontos com a população na ponte 25 de Abril que se defendia de mais um assalto à sua bolsa, a célebre acção repressiva na Praça do Comércio contra os agentes da PSP que se manifestavam pelos seus direitos, acção que ficou conhecida por «secos e molhados», a dispersão à bastonada de manifestações estudantis que protestavam contra o aumento das propinas, o espancamento dos trabalhadores fabris que reivindicavam apenas que lhes fossem pagos os ordenados em atraso, etc.

Mãos largas para o capital

Em 1989, o PSD de Cavaco Silva, com a cumplicidade do PS, comandou uma revisão da Constituição da República Portuguesa que eliminou alguns dos obstáculos constitucionais à restauração, em Portugal, do capitalismo monopolista.



O processo de privatizações conheceu então um período áureo. Entre 1989 e 1992 foram privatizadas 21 empresas públicas, incluindo cinco bancos (entre eles os três maiores comerciais portugueses), quatro das maiores seguradoras e a empresa petrolífera nacional.

Sovina para os trabalhadores

Paralelamente, foi aprovada vasta legislação contra os interesses de muitas camadas da população, facilitando os despedimentos, instituindo os «recibos verdes» e generalizando a precariedade no emprego.

Cavaco Silva não se cansa de dizer que é um homem de palavra. A comprová-lo, dizemos nós, está o facto de nunca ter sido regulamentado o subsídio de insalubridade, penosidade e risco, contrariamente às promessas feitas e à tal «palavra» dada durante os seus mandatos.

Censor autoritário

Registe-se ainda, como prova do conceito de democracia que é o seu, o facto de Cavaco Silva ter condecorado alguns facinorosos da extinta PIDE/DGS, por «relevantes serviços prestados à pátria». Serviços esses que foram, como todos sabem, a prisão, a tortura e o assassinato de presos políticos que lutavam contra a ignomínia de um regime criminoso e pela libertação do povo português.

E será bom não esquecer a censura praticada contra aquele que viria a ser anos mais tarde prémio Nobel da literatura, José Saramago, impedindo-o de concorrer a um prémio internacional, por discordâncias quanto ao conteúdo do livro da sua candidatura.

Um Presidente da República com tal cadastro contra os interesses dos trabalhadores, contra a dignidade de um país, contra a mais elementar decência intelectual e política? Cavaco? Não, obrigado!



Covilhã

Câmara troca SMAS por empresa municipal

A Câmara Municipal da Covilhã aprovou, em 13 de Dezembro, a transformação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) em empresa municipal.

Com esta decisão, aprovada por maioria em reunião extraordinária e privada do executivo, o presidente da edilidade explicou que pretende agilizar processos administrativos, como concursos públicos ou candidaturas a fundos comunitários, e maior rigor na gestão.

Contudo, a maioria do PSD não contou com o apoio dos vereadores socialistas que, recordando a recente entrega do saneamento em alta a privados, considerou que a criação da empresa, que deverá entrar em funcionamento já em Fevereiro, é o primeiro passo rumo à privatização.

Para a nova entidade transitará todo o património dos SMAS, bem como os seus 250 trabalhadores, embora estes devam passar a integrar os quadros da Câmara de modo a não perderem o vínculo público e quaisquer regalias e direitos adquiridos.

Os SMAS da Covilhã foram criados há 77 anos e até há pouco tempo a autarquia liderada por Carlos Pinto orgulhava-se da sua gestão eficaz.

Ao *Jornal do STAL*, em Junho de 2002, o edil fez um balanço «positivo» do funcionamento dos Serviços que, após uma reestruturação, passaram a integrar o sector da recolha e limpeza.

Em entrevista ao nosso jornal afirmou: «Hoje temos uma cidade limpa, os trabalhadores estão satisfeitos, os equipamentos foram modernizados e o resultado final é um aumento na qualidade do serviço. Neste momento já temos recolha e limpeza em permanência em certas zonas da cidade, como é o caso da zona histórica. É um requinte dos serviços. Eu acho que estamos no bom caminho». Restará perguntar por que motivo Carlos Pinto terá mudado de opinião em tão pouco tempo?

Por seu lado, o STAL já contestou a decisão, pedindo audiências com o presidente da autarquia e os partidos políticos representados na Assembleia Municipal.

Águas de Coimbra

Tarifas

umentam 12,5%

A empresa municipal *Águas de Coimbra* pretende aumentar o preço da água em 12,5 por cento, a partir de Janeiro. A proposta, que foi discutida em meados de Dezembro pelo executivo camarário, prevê igualmente a actualização das taxas de aluguer do contador e de saneamento.

Segundo os valores da nova tabela, as famílias vão passar a pagar por cada metro cúbico de água 0,416 euros (escalação até aos cinco metros cúbicos), 0,693 euros (entre seis e 15 m³) ou 1,386 eu-

ros (consumo superior a 15 m³).

Os agregados com três ou mais filhos contam com um escalão único no valor de 0,693 euros por m³. O aluguer do contador oscilará entre os 2,89 euros (calibre até 15 milímetros) e os 101,48 euros (calibre de 15 centímetros).

O Conselho de Administração justificou este agravamento com a necessidade de garantir o «equilíbrio económico-financeiro da empresa», já que esta passará «a pagar 0,37 euros por metro cúbico à empresa *Águas do Mondego*».

Conversas desconversadas

✓ Adventino Amaro

Os privilégios, os privilegiados e os outros

«P'ra governar esta aldeia com sentido de justiça e igualdade» - pensou de si para si o Esdrúxulo Escarafunchoso logo após ter sido eleito p'ra presidente da Junta de Bananeiras de Baixo, - «é preciso ter coragem, audácia até, c'um caneco, para pôr ordem na coisa e tirar os privilégios àqueles que deles gozam para que fiquem ao nível dos seus demais conterrâneos. *Necessário é também ter muita, muita ciência e avisada cautela para não incomodar, para além do que parece, o prior da freguesia, mais o dono e senhor da quinta dos Margaridos, mais o gerente do banco que tem filial na terra. Sim, pois cá o Escarafunchoso, muito embora não pareça a quem esteja bem atento, é filiado a preceito no partido que é PS (Porque Será?) e é por isso que quer a igualdade plena na terrinha onde nasceu e que agora o elegeu para cumprir seu destino*».

Como bom socialista, [perdão: como bom militante do PS (Porque Será?)], o Esdrúxulo ainda não percebeu muito bem o que raio quer dizer a palavra **Socialismo**. Mas já tem ouvido dizer por aí umas coisas sobre o assunto. Em especial quanto à justiça social. E aos direitos humanos, pois claro. E foi na plena convicção de que iria colocar finalmente a sua aldeia na rota do socialismo que meteu mãos à obra.

Começou por mandar fazer um levantamento à «Paguebem-queufoço» (empresa privada muito conceituada em estudos por encomenda), sobre as condições em que viviam os seus paroquianos. E quando recebeu o resultado ficou pasmado e revoltado. Então não é que havia gente privilegiada a viver em casas, a dormir em razoáveis camas, a trabalhar e a receber ordenados de mais de 500 euros por mês e a comer três vezes ao dia, enquanto que outros viviam em barracas, dormiam em chão de terra batida, estavam no desemprego e o mais que conseguiram era roer umas codeazitas de vez em quando, se as encontrassem nos caixotes do lixo que vasculhavam?

O Escarafunchoso não era homem que admitisse tamanhas injustiças e, por isso, logo tomou medidas para acabar com elas. Chamou as forças vivas da aldeia (o prior, o dono da quinta, o gerente do banco e o comandante da força de in-



tervenção da PSP) e transmitiu-lhes o que decidira fazer para moralizar a vida dos aldeãos. Assim: - «Meus senhores, é uma vergonha o que se passa nesta freguesia. Com que direito há gente a viver em casas, até em vivendas, imaginem, quando outra gente vive em barracas? A partir de amanhã, vou começar a impor uma reforma moralizadora nos direitos de habitação, e desde já solicito a colaboração do senhor comandante da força de intervenção para os necessários despejos. Até ao fim do ano quero ver toda a gente a viver em barracas, porque os direitos devem ser iguais para todos. As camas que se descubram nas habitações devem ser destruídas, para que não haja privilegiados a dormir regaladamente enquanto outros rebolam os ossos pelo chão. Pôr todos no desemprego e a comer pela mesma bitola fica para mais tarde porque é uma tarefa bem mais complicada, até porque por enquanto Vossas Excelências, senhores dono da quinta, gerente do banco e prior da freguesia, ainda precisais de quem vos trate das propriedades que herdastes com o suor do vosso rosto. Contudo sempre vos proponho que não pagueis mais, aos vossos assalariados, do que o ordenado mínimo nacional, pois também deveis contribuir para repor a justiça social cá na terrinha. E claro que, nem seria necessário dizê-lo, as medidas que descrevi não se aplicam a V.Ex.as porque não seria justo defraudar as expectativas criadas nem o sacrossanto direito das elites a uma diferenciação positiva no que à dignidade da vida humana diz respeito. Posso contar com a vossa compreensão e colaboração»

- Mas claro que sim, senhor presidente, - pôs-se a jeito o prior. - Eu já tinha reparado há muito tempo nas gritantes desigualdades existentes entre os meus paroquianos, mas não me competia a mim meter-me na política e por isso estava calado. Agora com estas medidas do senhor presidente até o meu trabalho ficará valorizado, vai ser precisa muita mais caridade, os crentes terão que fazer ainda mais sacrifícios e assim alcançarão o reino dos céus com maior facilidade. *Ámen*.

- Sim, concerteza, estas reformas já deviam ter sido encetadas há muito tempo mas ninguém teve até hoje a coragem de o fazer. - Era o dono dos Margaridos a falar. - Isto de as pessoas vulgares se julgarem no direito de viver debaixo de um bom tecto é uma das aberrações que o 25 de Abril nos legou, uma das distorções ao espírito original da revolução que nem o 25 de Novembro conseguiu corrigir. É preciso acabar com isso para evitar mais injustiças.

- Exactamente, disse o gerente do banco.

- Nem mais, acrescentou o comandante das forças da ordem especial. O Esdrúxulo Escarafunchoso, militante empenhado do PS (Porque Será?), sorriu envaidecido pela ampla aceitação das suas ideias junto da sua comunidade. Agora sim, pensou ele outra vez (indiferente às dores de cabeça que tal esforço lhe causava), a aldeia de Bananeiras de Baixo, comigo ao leme, vai rumar finalmente ao socialismo, com muito maior igualdade entre as suas gentes.

E assim ficará envaidecido pela sua obra, digo agora eu, até que alguém lhe explique, com paciência, o que significa verdadeiramente a palavra **Socialismo**.

Encontro no Brasil

Água: a alma azul do planeta

Durante cinco dias (5 a 9 de Dezembro), na cidade brasileira de Fortaleza, cerca de 500 participantes, oriundos de 35 países e representando as mais diversas organizações econômicas, sociais, sindicais e ambientais, debateram a urgência e a necessidade democráticas de uma nova cultura da água na América Latina.

Essa cultura assenta no princípio de que o acesso à água é um direito humano fundamental e no reconhecimento dos valores emocionais, culturais, sociais, ambientais e económicos em jogo a partir de um compromisso ético com a equidade e a sustentabilidade. Não foi por acaso que esta iniciativa teve lugar no Brasil e conseguiu reunir todos os países da América Latina e Cuba, situada nas Caraíbas. É que as duas maiores bacias hidrográficas do planeta estão em território latino-americano, isto é, a Amazônia e a Prata. No caso do Brasil, com a água da Amazônia Internacional, estamos a falar de 53 por cento das águas da América do Sul e 13,8 por cento do total mundial. Há muito que esta riqueza imensa é alvo da gula insaciável das grandes multinacionais na sua implacável caminhada para transformar a água numa mercadoria. Da Bolívia ao Peru, do Brasil ao México, da Argentina às Honduras, foram dezenas os testemunhos de resistência e luta contra a corrupção e o conluio entre governos, empresas multinacionais e instituições financeiras internacionais na sombria estratégia de apropriação privada da água.

Os que não merecem perder

Como foi salientado numa das palestras efectuadas no Encontro que marcou o dia dedicado à defesa dos serviços públicos essenciais, «os que não merecem perder» são os mais de 1.300 milhões de pessoas que lutam pelo direito à água e pelo direito à vida e as comunidades e povos que defendem a preservação da sua identidade, o seu património cultural e ambiental frente ao poder das multinacionais e dos grandes interesses financeiros.

A sua desmedida ambição não cuida de saber se milhares de pessoas perdem as suas terras por causa dos transvases e das grandes hidro-eléctricas, se os pescadores o deixam de ser em virtude da destruição de ecossistemas ou se os mais pobres e mais desfavorecidos, porque não podem pagar, deixam pura e simplesmente de ter acesso à água potável.

São também os trabalhadores dos serviços públicos, cujos direitos sociais e profissionais e a proximidade com as populações que servem são indispensáveis a uma nova cultura de serviço público que se deseja assente na transparência, na partici-

pação, na eficácia e qualidade, contra o fomento das desigualdades, a perda de controlo democrático e social associados à privatização, onde o segredo é a alma do negócio e os principais interesses atendidos são os dos accionistas.

Privatização dos lucros e socialização dos custos

Os argumentos dos promotores das privatizações são amplamente desmentidos pela realidade dos acontecimentos. As variadas experiências relatadas no Encontro testemunharam brutais aumentos de tarifas, como em Cochabamba, na Bolívia, entre 30 e 300 por cento, onde até a água da chuva era tarifada; na Colômbia onde as empresas privadas cobram seis vezes mais do que os operadores públicos, ou na Argentina onde os preços dispararam.

Acresce que estas empresas, ligadas às multinacionais, não investem dinheiro próprio, antes se aproveitam dos dinheiros públicos ou dos empréstimos das instituições financeiras internacionais.

No caso das *Águas Argentinas*, em Buenos Aires, a análise à origem do capital investido demonstrou que apenas 2,6 por cento eram provenientes de fundos próprios. Moral da história: para que apenas alguns obtenham fabulosos lucros, gastemos o dinheiro que é de todos. Outras consequências dramáticas foram relatadas, como a privatização das nascentes e da titularidade dos recursos hídricos, em regra, na posse das grandes companhias eléctricas, privando povos e comunidades do acesso a um recurso vital para a sua sobrevivência e desenvolvimento.



Propostas para o futuro

É possível vencer!

A luta dos Cochabambinos, habitantes de uma importante cidade da Bolívia, contra multinacional *Bechtel* constituiu um pungente e dramático exemplo da determinação dos povos na defesa dos recursos naturais.

A derrota da multinacional exigiu quatro meses de resistência firme, marcados por violentos confrontos com a polícia, que se saldaram pela perda de vidas e centenas de feridos.

Mas a histórica vitória das populações foi a demonstração clara de que, através da organização, da solidariedade e do esclarecimento, é

possível vencer os sombrios propósitos daqueles que defendem a mercantilização da natureza e, em última análise, da própria vida humana.

Várias intervenções deram conta da saída das multinacionais de vários países da América Latina devido à sua incapacidade para generalizar o acesso à água potável a preços justos e às consideráveis perdas financeiras resultantes da luta social e popular contra os brutais aumentos de preços.

O Encontro de Fortaleza, cuja declaração final (www.unizar.es/fnca/) é um documento valioso, condenou veementemente o papel dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o criminoso bloqueio a Cuba por parte dos Estados Unidos bem como a intervenção privada nos serviços públicos essenciais. Para além disso, aprovou ainda um conjunto de propostas das quais se destacam:

- Constituição de um Observatório Social da Água para a América Latina, tendo como objectivo, e entre outros, analisar, avaliar e defender alternativas à apropriação privada da água;

- O reforço das parcerias público-público, em alternativa às parcerias público-privado, proposta que será apresentada no Conselho para a Água e Saneamento, organismo consultivo junto do Secretário-Geral da ONU;

- A retirada da Água das negociações do Acordo Geral de Comércio e Serviços no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Para este Encontro, o STAL levou «as experiências e contributos da nossa luta». De lá, como teve oportunidade de salientar o seu representante durante os trabalhos, trouxe «a esperança daqueles que, em condições tão difíceis, tantas vezes perseguidos, torturados, assassinados, não desistem de lutar tal como nós, por um mundo mais livre, mais justo e mais fraterno».



Gondomar População queixa-se de gestão privada

Na primeira reunião pública do mandato, o presidente da CM de Gondomar foi confrontado com novas queixas dos municípios sobre o deficiente funcionamento da empresa concessionária do abastecimento de água e saneamento do concelho.

Na sessão, realizada em 24 de Novembro, um município pediu a palavra para denunciar que um colector de saneamento, na Rua Ponte Real, em S. Cosme, efectua descargas directamente para o Rio Torto. Desprezando as sucessivas reclamações feitas pelos moradores, a empresa não tomou qualquer iniciativa para corrigir a situação, continuando no entanto a cobrar a respectiva taxa de saneamento.

Em resposta ao cidadão, Valentim Loureiro não iludiu o problema, revelando até que tem recebido mais queixas.

«O senhor tem toda a razão. Eu não teria tanta paciência, no seu caso. É inaceitável. A *Águas de Gondomar* tem que levar as coisas mais a sério. Não tem de tratar apenas de condutas, tem de receber e tratar bem os municípios», declarou o presidente, as-

segurando que incumbirá o departamento jurídico da autarquia da instauração de um inquérito «para solucionar este caso e evitar casos semelhantes» e irá reunir-se com a administração da empresa para dar conta das preocupações expostas.

Os motivos de queixa não são de agora, remontam ao anterior mandato quando o executivo municipal, liderado por Valentim Loureiro, decidiu entregar, em Fevereiro de 2002, os serviços municipalizados a um operador privado pelo prazo de 25 anos.

A novidade é que, desta vez, o edil reeleito mostrou-se indignado com o que ouviu e prometeu «tomar medidas» que poderão ser «drásticas», segundo relatou o *Jornal de Notícias*, na edição de 25 de Novembro.

Em tempo útil, os trabalhadores e o STAL chamaram à atenção da autarquia gdomarense para as consequências nefastas da privatização, apontando não só a perda de direitos laborais mas também a degradação da qualidade do serviço e o aumento dos preços. Será que Loureiro lhes dá hoje razão?...

CM Cascais autarquia rescinde com SUMA

Após ter rescindido o contrato com a SUMA, que durou sete anos e meio, a Câmara de Cascais transferiu a recolha e varredura do concelho para a responsabilidade da recém-criada empresa municipal de Ambiente (Emac).

Segundo os responsáveis autárquicos, a medida, em vigor desde o passado dia 11 de Novembro, irá permitir a prestação de «um melhor serviço aos municípios» com «custos significativamente inferiores aos estipulados no contrato com a SUMA».

Referindo-se ao período de transição, em que foram notórias as falhas no serviço, o vereador Carlos

Carreiras considerou que tudo poderia ter corrido melhor «não fossem alguns casos de clara sabotagem».

Entre estes, assinalou o facto de «nunca se ter assistido a um tão elevado número de incêndios em contentores, para além de alguns ferros de suporte das papeleiras terem sido serrados, o que nos deu mais trabalho para as substituir».

Aquele eleito autárquico revelou ainda que a Câmara recebeu inúmeras reclamações da parte da população de que a SUMA estava a retirar os seus contentores e papeleiras despejando o lixo na via pública.

Conferência da OMC em Hong Kong Mercado global dos serviços na mira do capital

A 6.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio realizou-se entre 13 e 18 de Dezembro, em Hong-Kong, com objectivo central de conseguir o desbloqueamento das negociações para a liberalização do comércio internacional.

A pesar de a agricultura ter surgido como o grande tema da cimeira, a verdadeira prioridade das potências económicas tradicionais era obterem avanços na abertura do mercado dos serviços e dos produtos industriais.

Contudo, as contradições e conflitos de interesses que opõem os países ricos do Norte aos pobres do Sul revelam-se difíceis de superar, terminando o encontro com um compromisso mínimo, no qual, designadamente, a União Europeia promete eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas a partir de 2003. As consultas continuarão no próximo semestre com vista a resolver o impasse comercial que se instalou desde 2003.

Nesse ano, na Cimeira de Cancún, no México, os estados pobres rejeitaram em bloco as propostas das nações industrializadas, exigindo que estas eliminassem os avultados subsídios e taxas alfandegárias que protegem os seus mercados agrícolas.

A agricultura, que até à conclusão do «ciclo do Uruguai» (1994) não estava abrangida pelos acordos de comércio internacional, tornou-se assim na moeda de troca para as multinacionais do Ocidente alcançarem os seus objectivos.

É sabido que a agricultura representa cerca de dois por cento do Produto Interno Bruto da União Europeia e apenas 0,9 por cento da economia dos Estados Unidos. Em contrapartida, a indústria e os serviços constituem 71 por cento do PIB europeu, enquanto, nos EUA, devido ao declínio industrial, o peso dos serviços tem vindo a aumentar, sendo já responsável por 80 por cento da riqueza criada.

Face às perspectivas de prósperos negócios neste domínio, o sacrifício da agricultura passou a ser visto pelos poderes ocidentais como um mal menor, um dano colateral sem significado. De resto, não fosse o alto poder reivindicativo do sector agrícola em alguns países europeus, como é



A conferência da OMC em Hong-Kong ficou marcada por intensos protestos dos movimentos contra a globalização capitalista

o caso da França, há muito que teria desaparecido a chamada Política Agrícola Comum, levando à falência as explorações agrícolas e ao abandono dos campos de cultivo.

Ao mesmo tempo, sobretudo desde a conferência da OMC de Seattle, em Novembro de 1999, têm encontrado eco crescente na opinião pública mundial os movimentos contra a globalização capitalista, que se opõem à liberalização dos mercados, exigindo regras justas para o comércio mundial, a segurança alimentar dos povos, a defesa do meio ambiente e o respeito dos direitos sociais e culturais.

AGCS - a arma secreta das multinacionais

Sucessora dos acordos do GATT (Acordo Geral sobre as Pautas Aduaneiras), assinados em 1947, a Organização Mundial do Comércio começou oficialmente a funcionar em 1995, marcando o início de uma etapa nova etapa qualitativa da ofensiva liberalizadora.

Esse objectivo ficou expresso logo no Acto da sua constituição, ao qual ficou anexo o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS).

Com este documento, o âmbito das negociações deixava de incidir apenas sobre os produtos industriais, passando a abranger a generalidade dos serviços, incluindo a sensível área dos serviços públicos essenciais, como a saúde, distribuição de água e ambiente.

Na mira das multinacionais ficou assim um importante sector, que se encontra em rápida expansão, representando já hoje mais de metade da economia mundial e cerca de 25 por cento do comércio internacional.

O avanço desta tremenda ofensiva

do capital transnacional terá repercussões desastrosas para os trabalhadores e populações do planeta, que verão dificultado o acesso aos serviços básicos.

É que, tal como os restantes acordos da OMC, o AGCS preconiza o aumento do comércio mundial de serviços, mediante a remoção das regulamentações nacionais e a subjugação das políticas governamentais às regras puras do mercado.

Como foi salientado num debate promovido, no dia 13 de Dezembro, pela CGTP-IN em conjunto com outras organizações não-governamentais, as negociações sobre o AGCS «põem em causa as obrigações universais dos governos em matéria de serviços públicos, bem como a sua capacidade para os regular».

Estas preocupações são partilhadas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que exige «a alteração dos termos do acordo de modo a excluir de futuras negociações os serviços públicos (em particular a educação, a cultura, a saúde e os serviços públicos essenciais como a água, a energia, os correios e as telecomunicações), incluindo os de âmbito local e regional, bem como todas as actividades com vocação social no seio do sector dos serviços».

A CES reclama ainda a inclusão de disposições transversais a todos os níveis de negociação do AGCS consagrando o acesso universal aos serviços, a preços uniformes e razoáveis».

A Organização Mundial do Comércio é actualmente integrada por 148 estados, cujos representantes compõem o Conselho Geral. A estrutura assenta ainda no Secretariado (dirigido por um director-geral) e no Órgão de Resolução de Litígios. De dois em dois anos, tem lugar a conferência ministerial que reúne o conjunto dos países membros.

A polémica directiva «Bolkestein», que preconiza a liberalização selvagem dos serviços, foi aprovada na comissão especializada Parlamento Europeu e poderá ser votada em plenário já em meados de Janeiro.

A pesar de ter sofrido ligeiras alterações, a maioria das quais de efeito cosmético, o relatório sobre a directiva dos serviços, adoptado em 22 de Novembro pela Comissão do Mercado Interno do Parlamento Europeu (PE), mantém como objectivo central o favorecimento da actividade discricionária das empresas em todo o espaço comunitário, fazendo tábua rasa das legislações e regulamentações nacionais.

Na sua base permanece o célebre e contestado princípio do «País de Origem», proposto pelo antigo comissário holandês, Frits Bolkestein, que é uma espécie de «varinha mágica» capaz de realizar os desejos mais obscuros do patronato e reduzir a pó conquistas históricas duramente alcançadas pelos trabalhadores, bem como direitos elementares dos utentes e consumidores dos diferentes países.

Emanada do espírito ultraliberal que presidiu à elaboração do projecto de «constituição europeia», a «directiva Bolkestein» sustenta que qualquer prestador de serviços deve poder actuar em toda a União Europeia, regendo-se unicamente pela legislação do Estado-membro onde está estabelecido.

Para além de eliminar qualquer possibilidade real de controlo e fiscalização por parte das autoridades nacionais, a aplicação deste «princípio do país de origem» empurraria objectivamente as empresas a deslocarem as suas sedes para os países com menor protecção social e laboral e sistemas fiscais mais ineficientes.

Inevitavelmente, os estados e milhões de trabalhadores tornar-se-iam vítimas de uma concorrência desenfreada, comandada pelo livre arbítrio e o egoísmo trucidante do capital.

Liberalização dos serviços no Parlamento Europeu

Directiva recauchutada

Um projecto repudiado

Adoptada pela Comissão de Romano Prodi, em Janeiro de 2004, a «directiva Bolkestein» acabou por ter maior divulgação já sob presidência de Durão Barroso, que a apadrinhou, suscitando uma fortíssima contestação por parte dos trabalhadores e das suas organizações nos diferentes países.

Este sentimento generalizado de repúdio, bem patente na grande manifestação europeia de 19 de Março, em Bruxelas, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), fez com que vários governos tomassem posição contra o projecto, uns garantindo que não o aprovariam, outros (como a França) exigindo a reelaboração a partir do zero.

Na sequência da rejeição da «constituição europeia», nos referendos de França e da Holanda, que representou uma pesada e inesperada derrota para a ofensiva ultraliberal, os seus mentores optaram por um compasso de espera. Prudentemente, a directiva dos serviços, um dos temas centrais do debate referendário (tal como a revisão do tempo de trabalho), foi retirada da ribalta, mas o «trabalho» continuou à margem da opinião pública, designadamente nos bastidores do Parlamento Europeu.

Sem condições no imediato para retomarem todo o «pacote constitucional», os responsáveis europeus voltaram a apostar na política dos «pequenos passos», tentando fazer passar, uma após outra, medidas com alguns retoques na aparência, mas que respondem às grandes reivindicações do capital.

Prova disso foi a reacção entusiástica da Unice (a organização patronal europeia) ao resultado da votação na comissão parlamentar sobre a presente directiva dos serviços. O seu presidente, o francês

Ernest-Antoine Seillière, congratulou-se como o conteúdo aprovado, «que mantém os principais objectivos da directiva, facilitando a liberdade de estabelecimento e a liberdade de prestação de serviços», e considerou «essencial que, na próxima votação em plenário, os membros do Parlamento apoiem o relatório adoptado pela comissão» do PE.



Esquerda Unitária Europeia apela à luta dos trabalhadores

Na sequência da adopção do relatório sobre a directiva Bolkestein pela comissão especializada do PE, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) dirigiu um apelo «aos trabalhadores, movimentos sociais e população em geral» para que se mobilizem e exijam a retirada do projecto.

O texto, assinado pelo presidente do GUE/NGL, o francês Francis Wurtz, sublinha que o documento, sobre o qual o Plenário do Parlamento Europeu irá em breve pronunciar-se, «mantém no essencial o princípio do país de origem» e o âmbito de sua aplicação abrange os serviços públicos, designados de serviços de interesse económico geral», tais como a água, a energia, transportes, educação e outros.

«Isto significa que estão a abrir portas para novos avanços nas liberalizações e privatizações em sectores básicos e serviços públicos fundamentais e a facilitar o *dumping* social, com o fomento da concorrência entre trabalhadores».

Com efeito, a única concessão feita pelos deputados conservadores e liberais foi a retirada do campo da directiva dos cuidados de saúde (privados ou públicos), do audiovisual e dos jogos e lotarias.

Por outro lado, o relatório afirma a prevalência da legislação laboral do país de destino, bem como a possibilidade de os estados solicitarem medidas de protecção nos sectores relacionados com o ambiente, a ordem pública ou o social.

Contudo, estas alterações, apresentadas como uma evolução positiva face ao projecto inicial, arriscam-se a não terem expressão prática já que o seu conteúdo colide claramente com o direito que é outorgado às empresas de se regerem unicamente pela legislação do país em que têm sede.

Neste sentido, o GUE/NGL, grupo em que se integram os dois deputados do PCP e o do BE, salienta que «sem uma reacção bastante forte e muito clara dos trabalhadores e trabalhadoras e da população em geral corremos o risco de nos encaminharmos para uma derrota dramática para milhões de assalariados europeus na votação em plenário».

Também a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) considerou o relatório parlamentar «totalmente inaceitável», avisando que «se esta abordagem neoliberal vier a ser confirmada pelo voto em sessão plenária do PE, a CES renunciará à atitude conciliadora que tem mantido até agora e exigirá a rejeição da directiva no seu conjunto».

Comboio da Ponte e MST

Parcerias com privados custam caro ao Estado

Um relatório do Tribunal de Contas conclui que as parcerias público-privadas no comboio da Ponte 25 de Abril e no futuro Metro do Sul do Tejo são um mau negócio para o Estado custando caro ao erário público.

A concessão à *Fertagus* da travessia ferroviária do Tejo foi «um projecto idealizado para ser auto-suficiente, do ponto de vista financeiro (com custo zero para o Estado)».

Contudo, a empresa privada salvaguardou compensações indemnizatórias no caso de o fluxo de passageiros ficar abaixo do estipulado no contrato inicial. Esta cláusula acabaria por custar 55 milhões de euros aos cofres do Estado, devido ao

facto de «o tráfego real registado nada ter a ver com as expectativas (sobre)optimistas», refere o estudo do Tribunal divulgado no dia 12 de Dezembro.

No ano passado, na sequência da renegociação do contrato, o Estado passou a assumir um encargo da ordem dos 113 milhões de euros. Actualmente, continua o relatório, «a *Fertagus* assume o risco de tráfego e os encargos com a taxa de utilização das infra-estruturas da REFER». Em contrapartida, passaram para o Estado «todas as responsabilidades pelo financiamento dos investimentos originariamente a cargo da concessionária».

No que respeita à concessão do *Metro Sul do Tejo* (MST) os encargos públicos serão ainda mais elevados.

De acordo com o Tribunal de Contas, para além das «alterações relevantes» ao projecto exigidas pela CM de Almada (cujo custo se estima em 50 milhões de euros), o Estado decidiu também aqui assumir «o risco de tráfego, compensando a concessionária por défices de tráfego, nos anos em que este se situar abaixo do limite mínimo da banda de referência».

Em resultado, salienta o órgão fiscalizador, «os encargos do Estado com esta concessão [do MST] podem, com grande probabilidade, ultrapassar os 300 milhões de euros».

Deste modo, segundo os números globais apresentados no relatório de audito-

ria (www.tcontas.pt), estas duas concessões de transporte ferroviário representam encargos que «ascendem a 430 milhões de euros» (113 milhões para o comboio da ponte e 317 milhões de euros para o MST).

Resta acrescentar que, tanto num como noutro caso, como também refere o Tribunal, «a maioria do investimento», nas infra-estruturas e material circulante, foi assegurado por todos nós – o Estado.

As chamadas parcerias público-privadas não passam assim de uma escandalosa forma de privatização que garante um negócio sem riscos às empresas, cujos lucros acabam por sair do bolso dos contribuintes.

conhecer

✓ António Marques

O Natal e o fim de ano, com os frios agrestes e os agasalhos a condizer, levam a nossa imaginação a cavalgar a aventura em plena natureza, desafiando a inclemência do tempo, vencendo as íngremes montanhas, percorrendo caminhos de uma beleza singular, sulcando a neve macia e alva, brincando como crianças que teimamos em ser.

Abrimos os olhos e estamos em plena Serra da Estrela, atalaia vigorosa no coração de Portugal.

Serra da Estrela

A neve como cenário

A lanchamos o grande maciço montanhoso percorrendo a auto-estrada A23 e saindo na Covilhã, vindo do Sul, ou subindo o Itinerário Principal 5 – IP5 até Mangualde, escolhendo depois Gouveia ou Seia como portas de entrada pela vertente Oeste.

Os que preferem utilizar o IP3 são os iniciados nestas andanças, onde me incluo, porque ao chegar a Nelas tenho a primeira grande fotografia da Serra em toda a sua magnitude, recorte soberbo, beleza imensa, dimensão fantástica, montanha da minha meninice, nos teus cumes alcantilados moram os deuses.

Subo e fico ébrio de paisagem envolta no branco manto da neve que esconde o granito e o xisto, e desenha a paisagem recortando com traço vigoroso os vales glaciares e as vertentes das serranias que sobem aos 2000 metros, tocando o céu de um azul quase irreal.

Levo a família e os amigos mas, nesta altura do ano, tomo precauções, a primeira das quais consiste num par de correntes para os pneus do veículo sem as quais não conseguirei trepar as estradas da Serra em segurança com neve ou gelo no pavimento. Trata-se de um acessório barato que se recomenda para quem queira frequentar estas paragens.

Levo também roupa de pastor para derrotar o pior inimigo: a hipotermia que espreita em cada esquina e pode estragar a viagem.

Alimento-me muito bem e para me defender com calorías suficientes começo pela sopa de feijocas para preparar o lugar do cabrito assado em forno de lenha, arroz de carqueja, javali e tantas iguarias soberbas,



acompanhadas de requeijão com doce de abóbora e arroz doce com leite creme de ovelha. Claro que nunca hei-de esquecer o melhor queijo do mundo, prazer único que só no Olimpo é assegurado e aqui acompanha um vinho do Dão, produzido na Adega Cooperativa de Vila Nova de Tazem, néctar com que o Deus Baco recebia com todo o requinte os seus dilectos convidados.

Roteiro turístico

Temos muito para ver e visitar: Gouveia, Seia, Covilhã e Guarda, cidades serranas, galhardas e cheias de encanto.

Seleccionamos o Museu do Pão, em Seia, e tomamos parte numa lição de etnografia cujo conteúdo é de veras curioso. Em Gouveia tomamos contacto com a obra de mestre Abel Manta, na Covilhã recomendamos o Museu dos Lanifícios, mas por toda a região existem pólos museológicos de relevo, dos quais o Ecomuseu do Zêzere e o Museu Judaico em Belmonte, o museu da Guarda, o Museu do Agricultor e do Queijo em Celorico da Beira, e o interessante Museu de Arte Sacra de Alvoco da Serra (junto da Covilhã), entre muitos outros.

Se estamos na Serra paramos no Sabugueiro, principal aldeia dos Montes Hermínios a caminho da Torre, onde vamos encontrar as pistas de neve, possuindo 4 Teleskis, 1 telecadeira e aluguer de material diverso para os desportos na neve incluindo esquis, trenós.

No Sabugueiro, como alternativa temos à direita a estradinha que nos leva ao Vale do Rossim e à Estância de Montanha das Penhas Douradas, a caminho de Manteigas, sítio

de visita obrigatória pelo encanto e sobretudo porque ali vive um povo que herdou um paraíso para oferecer a quem ali desce vindo do alto da montanha.

Do outro lado da Torre e sobranceiro à Covilhã ficam as Penhas da Saúde que, para fazer jus ao seu nome, garante a quem ali permanecer o elixir da juventude. (Suponho que foi lá que dele me apoderei para sempre, comendo papas de carolo e rabanadas, sorvendo moderadamente aguardente com zimbro, ao redor do fogo aberto na lareira da «Ti Enzaura», que tantos mimos confeccionou para mim e para os meus camaradas em noites gélidas onde na rua apenas se aventurava o «Lobisomem» e o «Noitibó», figuras monstruosas e imaginárias que povoavam de medos as noites da Estrela, mas de quem nunca ninguém viu nem uma chispa nas pedras soltas do caminho.)

Cá fora sereno e alerta, o Cão da Serra vigia deitado na soleira da porta. Animal corpulento de grande beleza e porte altivo, dócil e amigo, companheiro do homem, defensor dos seus rebanhos através dos milénios e terror das raposas e dos lobos, lutando que nem um demónio no meio das alcateias em batalhas de legenda.

No bardo, a ovelha bordaleira pode dormir descansada.

Mas se a viagem foi um êxito, porque por todo o lado encontramos hospedaria que nos acolha, então voltamos no Verão e, mesmo sem neve, a aventura prossegue, desta feita por caminhos de pé posto ao longo de itinerários de Grande Rota (GR) devidamente balizados ao longo de 357 quilómetros.

Internet

✓ Vítor Nogueira

Fotografia na Net

A fotografia constitui uma tentativa mais ou menos trabalhada de fixar a realidade ou aquilo que entendemos ser a realidade. Talvez lá em casa ainda existam aquelas fotos em papel cartonado com nome do fotógrafo, normalmente feitas em estúdio e reveladas mais ou menos demoradamente em laboratório escuro. Talvez os mais velhos se lembrem ainda dos fotógrafos de feira, com a máquina montada num tripé e a cabeça coberta por um pano e o clássico «olha o passarinho» no momento do disparo.

Depois a fotografia popularizou-se com as câmaras Kodak, cada vez mais o filme a cores substituindo o preto e branco, numa processo de revelação industrial e massiva, sujeita à maior ou menor sensibilidade do fotógrafo ou do balconista.

A digitalização das cópias em papel e o surgimento das câmaras fotográficas digitais permitem uma nova «revolução» qualitativa e a «transformação/elaboração» da realidade captada através da objectiva.

Da conjugação da arte e da técnica resultam a maior ou menor qualidade da fotografia.

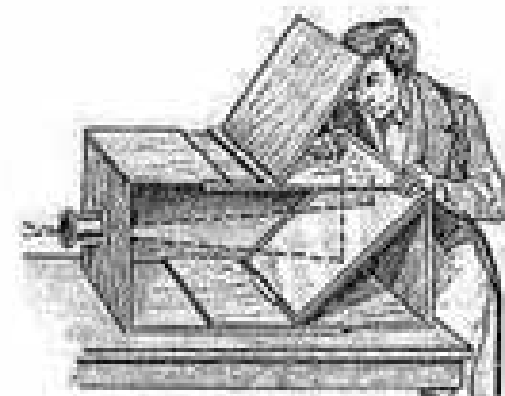
Em www.fotopt.net encontram-se *on-line* um minicurso de fotografia, bem como técnicas de laboratório e conservação de fotos para além de *links* de fotojornalismo

Também em www.mailxmail.com/, na secção *Informática*, existe um conjunto de cursos em castelhano, gratuitos e acessíveis sobre técnicas fotográficas e tratamento informático de imagem, de que se referem: «El mundo de la fotografía»; «Manual de fotografía fácil»; «Introducción a la fotografía digital»; «Cámaras digitales»; «Fotografía digital»; «Introducción a PhotoShop»; «Restaurar fotografías con Photoshop»; «Retoque fotográfico con Paint Shop Pro»; «Revelado de películas en blanco y negro»; «Aprende Photodraw»; «Presentaciones con Power Point»; «Power point y sus menus»

Outro site com dicas *on-line* sobre fotografia é o Portal Fotos em <http://photos.uol.com.br/>.

Portfólios e colecções de fotografias ou fotógrafos encontram-se em www.magnumphotos.com/c/Home_MAG.aspx (fotojornalismo), www.olhares.com/ (colecção de fotografias temáticas e comentadas pelos visitantes); www.photo.net/gallery/photocritique/filter (idem, mas em inglês), www.geocities.com/naturfolio/index.htm (fotografias da natureza: instituições e fotógrafos), www.masters-of-photography.com/index.html (links para vários fotógrafos e suas obras), www.all-posters.com/ (reproduções de fotografias e outras obras de arte).

Uma última referência a dois sites que promovem concursos de fotografias, um de fotojornalismo, <http://www.worldpressphoto.nl/> (na secção CONTEST poderá visualizar a galeria dos vencedores desde 1955 bem como a galeria dos concorrentes de 2005), outro aberto a amadores <http://www.photo.fr/> (com um concurso anual mundial com publicação das fotos premiadas e seleccionadas bem como vários portfólios).





Resumo da luta

20 de Setembro – Reúne em Lisboa o Plenário Nacional da Frente Comum

28 de Setembro – Realiza-se na Casa do Alentejo, em Lisboa, uma Conferência de Imprensa promovida pelo STAL e a Associação Água Pública em conjunto com as organizações subscritoras da declaração contra a proposta de Lei Quadro da Água do Governo

29 de Setembro – O STAL e a Associação Água Pública entregam na Assembleia da República mais de 12 mil assinaturas contra a proposta de Lei Quadro da Água do governo

29 de Setembro – Dirigentes e delegados sindicais do STAL e do MSU assistem nas galerias da AR à discussão e votação da lei da água

30 de Setembro – Realiza-se em Lisboa o Plenário Nacional da CGTP-IN

20 de Outubro – Milhares de trabalhadores participam na Manifestação Nacional da Frente Comum, em Lisboa

10 de Novembro – Realiza-se a Jornada de Luta Nacional da CGTP, com concentrações e Manifestações em Lisboa e Porto

25 Novembro – O Plenário Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais do STAL e do STML reúne em Lisboa, no largo de Camões, com desfile para a residência do 1º Ministro, onde é anunciada a Greve Nacional

28 a 30 de Novembro – Os trabalhadores da Higiene Urbana da Câmara Municipal do Porto realizam uma greve contra a retirada do prémio nocturno.

5 de Dezembro – A Frente Comum entrega ao Presidente da República um abaixo assinado exigindo a fiscalização preventiva das alterações ao Estatuto de aposentações.

13 e 14 de Dezembro – Com uma adesão que rondou os 70 e os 75 por cento realiza-se a Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Local convocada pelo STAL e pelo STML.

Conselho Geral aprova plano de actividades 2006

Intensificar a luta construir a unidade

O Conselho Geral do STAL, reunido em 15 de Dezembro, aprovou o plano de actividades e orçamento para 2006, ano que ficará marcado pela intensificação da luta contra a retirada de direitos e pela defesa dos serviços públicos.

O documento aprovado salienta como principais orientações da acção sindical a luta contra o congelamento de escalões, contra a retirada de direitos de aposentação e na segurança social, pela salvaguarda do emprego e das carreiras profissionais, valorização dos salários e melhoria das condições de trabalho.

Ao mesmo tempo, o STAL elege a defesa dos serviços públicos de qualidade e de uma Administração Pública ao serviço de todos, capaz de dignificar os trabalhadores, como um factor de unidade e resistência à política do governo PS/Sócrates.

Para além dos objectivos definidos na Proposta Reivindicativa Comum para 2006, o STAL continuará a exigir a concretização dos compromissos assumidos por governos anteriores, bem como a negociação do seu caderno reivindicativo, entregue ao governo em 8 de Junho, documento que constitui um importante instrumento de luta dos trabalhadores da Administração Local.

Entre outras áreas prioritárias, o plano de actividades dá relevo ao trabalho no âmbito dos Serviços Públicos e Contractação Colectiva; às questões da Segurança, Higiene e Saúde; grupos específicos como sejam as mulheres, os jovens, os reformados, quadros técnicos, bombeiros e profissionais das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.



O Conselho Geral aprovou as linhas gerais da acção sindical para 2006

O sindicato prosseguirá a sua actividade no campo da formação sindical e profissional, bem como, no plano internacional, desenvolvendo e aprofundando

relações com organizações sindicais congéneres e mantendo uma participação activa nos órgãos da Federação Europeia de Serviços Públicos.

CGTP-IN comemorou 35 anos

Lutando pelo futuro

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional comemorou no passado dia 1 de Outubro o 35.º aniversário da sua fundação.

A data foi assinalada num Plenário Nacional de Sindicatos, realizado em 30 de Setembro, em Lisboa, que reafirmou «as características, valores e princípios originais» desta grande central sindical, da qual o STAL é um dos sindicatos filiados.

A luta pela «evolução, progresso e modernização da sociedade» é «a resposta própria de quem age pela transformação da sociedade» lê-se na resolução

aprovada, que recorda com orgulho os combates no passado «contra o fascismo e o corporativismo e pela instauração da democracia política, económica e social no país, pela defesa e promoção dos direitos de quem trabalha».

O documento afirma «o sindicalismo como um dos pilares duma sociedade democrática» e exorta a estrutura a «um forte impulso da acção e luta sindical a todos os níveis, em todos os sectores da actividade, público e privado, (...) mobilizando, unindo e organizando os trabalhadores e as trabalhadoras em torno de objectivos comuns».



Cartoon de:
Miguel Seixas